

José Bonifácio, humanista

Nilo Pereira

Professor do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Pernambuco. Membro do Conselho Estadual de Cultura. Membro do Conselho Diretor do Instituto Joaquim Nabuco de Pesquisas Sociais. Escritor.

Chega a ser espantoso em José Bonifácio de Andrada e Silva a sua múltipla capacidade de ação como homem de pensamento, cientista, poeta, estadista, político, servindo ao Brasil e a Portugal em tão diversas circunstâncias: — ora para dar a Portugal, por quase meio século, tudo quanto lhe permitia a ciência, ora para dar ao Brasil o impulso final, decisivo da sua Independência, como se houvesse nisso até uma contradição: — homem de ciência em terras portuguesas, mas homem de Estado em terras brasileiras.

Contradição só aparente. Não havia divergência íntima nem drama de consciência em ser ele tanto do Brasil quanto de Portugal. Tanto dum Brasil que amadurecia para a liberdade, para a emancipação, quanto dum Portugal — o Portugal da Academia de Ciências de Lisboa e de Coimbra — onde fez a sua formação de cientista, de humanista, de magistrado; onde exerceu cargos públicos; onde esteve a serviço do país naquilo em que as suas riquezas minerais fossem uma parte bem considerável do sustentáculo nacional;

e de onde, sob a proteção do duque de Lafões, seguiu em viagem de estudos pela Europa, aperfeiçoando os seus conhecimentos que na Mineralogia, na Metalurgia, na Química, na pesquisa de laboratório, seriam notáveis.

Não se poderia adivinhar nesse cientista tão do seu mundo e do seu tempo aquele brasileiro que, tão aportuguesado e tão europeizado, viesse a ser tão brasileiro de nascimento quanto de vocação. Tão do subsolo onde procurou tesouros quanto do mistério das almas, onde iria encontrar anseios infinitos de liberdade e de autonomia.

Nunca se poderia tomar por ingratidão o ter sido ele tão brasileiro na Independência, quanto foi português por formação e por espírito científico; e que o fundador duma Cadeira de Metalurgia na Universidade de Coimbra fosse o fundador, juntamente com D. Pedro I, duma Pátria, a sua, da qual sempre esteve longe, como que extraviado.

O admirável nele — se é que tudo não será nele sempre digno de admiração, desde o seu amor à ciência e à arte, não compreendendo que uma estivesse separada da outra, como por mais duma vez salientou em discursos na Real Academia de Ciências de Lisboa, — será a maneira brasileira, brasileiríssima, como encarou, de volta ao Brasil, a Independência nacional, da qual seria o Patriarca.

Em homem assim, imbuído de idéias europeias, em contacto com sábios e pensadores políticos europeus, não seria de espantar que, agindo no processo da Independência como um quase europeu, tudo fizesse como brasileiro tão integrado na nossa realidade. E fosse nos dias atormentados da Constituinte, ao elaborar planos e sugestões, mais brasileiro, no sentido do nosso realismo político, do que Ruy Barbosa ao elaborar a primeira Constituição republicana, federalista, mais americana no seu presidencialismo do que a do Império no seu unitarismo.

Nisso se mostrava José Bonifácio um verdadeiro estadista. Devia muito da sua educação a Portugal. Mas, na ho-

ra suprema da separação, sabia que era ao seu país de origem — porque o outro, como ele próprio dizia, era “de adoção” — que devia toda a sua capacidade de homem público a serviço dum ideal que só estava esperando por quem lhe desse forma e cor e estilo próprios. Ele estava destinado a isso. Se fosse apenas cientista, homem como que exótico de laboratório, e não tivesse o que o poeta chamou o sentimento do mundo, que vinha do seu humanismo e do seu universalismo, não teria tomado em Portugal, um tanto quixotesca-mente, a defesa da Nação quando invadida pelas tropas de Napoleão, quando chegou a ser major do Batalhão Acadêmico, na hora em que a Corte transmigrada dava a impressão de haver abandonado a sua velha Lusitânia por uma nova Lusitânia; e para aqui veio tangida por um vendaval que abalava tronos e potestades. Em 1819, num discurso que pronunciava na sua tão querida Academia de Ciências de Lisboa, José Bonifácio de Andrada e Silva profetizava que se estava criando aqui um grande Império.

Nada custava ao cientista-humanista, ao mineralogista que era também homem de idéias e de atividades políticas, sabendo que entre as ciências naturais e as sociais não havia abismos, nada custava compreender que, dum certo momento em diante, o laboratório o levava à transformação dum Reino-Unido, que a rigor, já não era mais colônia, num Reino separado, auto-suficiente e auto-determinado.

Com essa separação mostrava-se José Bonifácio o grande conhecedor do humanismo brasileiro. Dir-se-á que não era ele apenas esse conhecedor do nosso mistério, pois que homens como Gonçalves Ledo ou Evaristo da Veiga, entre outros, não eram igualmente políticos com alguma coisa de estadistas, idealistas com alguma coisa de pensadores políticos, ao darem tanto de si mesmos à causa da Independência? Mas o que era admirável nisso tudo, nessa maneira não apenas de compreender o momento, de vivê-lo, mas de conduzi-lo, estava na visão tão próxima dum homem sempre tão

distante: — José Bonifácio. Por outro lado, a dedicação à Ciência talvez fizesse desconfiar da sua ação prática, mais prática e mais objetiva nos irmãos Martin Francisco e Antônio Carlos, do que nele, o europeu, de vivência tão diferente e preocupações outras que não aquelas que faziam da política uma militância diária, uma liderança pragmática, quando não oportunista.

O tradutor de Virgílio, o homem que tinha com os clássicos uma familiaridade tão grande quanto a dos mestres da Ciência, um poeta arcádico que, com o pseudônimo de Américo Elísio, compunha versos talvez medíocres, mas impecáveis na métrica, embora desprezando quase sempre a rima, um homem que, vez por outra, como amante da natureza à maneira quase rousseauniana, gostava dos seus retiros, muitos dos quais eram, como ele próprio chamava, "filosóficos", só por um paradoxo do espírito poderia ser o teorizante e o praticante da Independência, na sua fase final. Acaso era por ele, pelo sábio, pelo humanista científico, pelo metalurgista, pelo mineralogista conhecido, na Europa, inclusive, por suas descobertas científicas que tiveram, e têm ainda, o nome que ele lhes deu, que se esperava para o lance dramático ou quixotésco do 7 de setembro de 1822? Quem poderia dizer que ele, saudosos do Brasil, voltando para vilegiaturas e repousos que encontrava na exuberância da natureza tropical, seria o grande laboratorista — o quase bruxo medieval de uma ciência ascética — do processo emancipacionista que sentiu em marcha vigorosa, desde a revolução republicana de 1817, em Pernambuco?

Este, com efeito, o seu paradoxo humano. Mas um paradoxo fácil de explicar. Havia no seu espírito os vários saberes do seu século. A ciência política era para ele uma ciência como aquela a que, em Portugal, dedicara horas de claustro ou anos inteiros de administração. Nem ele, um espírito universal, se deixaria ficar alheio ao que o mundo vinha elaborando como liberalismo e que, na América, era, em parte,

um sonho realizado sob a influência de tantos ideais e princípios que punham o homem, entre os séculos XVIII e XIX, numa tremenda opção entre a liberdade e a sujeição colonial. Isso não lhe parecia difícil ao largo das meditações que a vida brasileira lhe oferecia de longe ou de perto.

É impossível deixar de sentir nele, no grande homem, ao lado do humanista perfeito e acabado, do seu culturalismo universal com tendências filosóficas tão acentuadas, o político que apenas aguardava a hora de se manifestar não só para dizer o que pensava, mas para fazer do seu pensamento — um pensamento reflexivo de solitárias meditações, muitas das quais ficaram em simples anotações quase efêmeras — a ação decisiva do libertador. A ação do sábio, do filósofo, do poeta que, vindo da Europa, trazia consigo a Brasilidade que faria dele o maior dos brasileiros no desfecho da batalha da emancipação.

Era o Patriarca que surgia, mas, na frase de Cairu, era o “Salvador do Brasil, pelos seus conselhos a D. Pedro I, fundador do império constitucional da América”. Veja-se bem: o “Salvador”. Havia realmente o que salvar e seria, desde logo, o humanismo brasileiro, o nosso ideário, a fidelidade à tradição monárquica, sem o que estaria ameaçada a unidade nacional, que a lição dos Guararapes preservou, quando o Brasil — como disse Gilberto Freyre — escreveu certo o seu endereço. E custa a acreditar que um estadista assim vidente e lúcido — parecendo tão distante do jogo político, que vai quase sempre do idealismo à intriga, do desprendimento à ambição mais desvairada, tenha sido, segundo Afrânio Peixoto, no exaustivo *Prefácio ao Elogio Histórico de José Bonifácio de Andrada e Silva*, de Latino Coelho, o precursor do Romantismo brasileiro. Assim escreve Afrânio Peixoto: — “Na glória do estadista, esse enfeite de uma glória literária, não embaraçara o renome do Patriarca da Independência: José Bonifácio foi o precursor do romantismo no Brasil, com as “Poesias” de Américo Elísio, publicadas em 1825.”

Também ele, um romântico, não podia imaginar que pelejando romanticamente contra os soldados de Napoleão, estava indiretamente lutando pelo Brasil, pelo nosso processo libertador, que começa com a vinda de D. João VI para o Rio de Janeiro.

Nada disso admira que aconteça, não por um fatalismo histórico, mas pelo que haja em certos homens como instrumento das coisas que Deus reserva para as nações em suas horas mais importantes. E Latino Coelho, no seu *Elogio*, tornado clássico desde o momento em que foi proferido na Real Academia de Ciências de Lisboa, assim o explica: — “Parece que o sábio e o poeta, o que descobre em severíssimos estudos a verdade da razão, e o que idealiza em cantos imortais a verdade do sentimento, nada mais desejam nem cobiçam do que a serena glória consagrada aos puros entendimentos”.

Lendo-se as *Obras Científicas e Sociais de José Bonifácio de Andrada e Silva* coligidas e reproduzidas por Edgard de Cerqueira Falcão — o que representa um monumento erigido à glória do Patriarca — percebe-se a largueza desses “puros entendimentos”, de que falava Latino Coelho num elogio nada convencional. De tudo tratou o grande homem, o homem múltiplo; e com tanta originalidade e algumas vezes mesmo com tanto gênio que as inimizades que teve — atribuídas muitas delas à sua intemperança de linguagem, ao seu temperamento arrebatado e imprevisível — talvez resultassem das suas antecipações sobre aqueles outros que, enredados no mesmo processo histórico, não vissem na mutação iminente um processo meta-histórico, uma nova estruturação política e social, e não apenas uma separação ditada um tanto teatralmente pelo poder das circunstâncias ou pelas imoderações emocionais do príncipe libertador.

Por isso mesmo soube suportar desde a glória até à vaia, quando passasse, como passou, das aclamações do povo para a zombaria daqueles que compuseram na sua vida o que ele chamou o “dia dos moleques”.

Sabia muito bem o que valia a condição humana. O trato com a ciência e com as humanidades, o hábito da solidão e da meditação, não o tomaram de surpresa nos altos e baixos da vida política. No íntimo estava o estadista-humanista, com a visão clara dos fatos, olhando, em muitos casos, mais para o futuro do que para o presente. Não que ficasse no terreno puro da especialização, pois, se a ciência natural lhe abria um horizonte, as ciências humanas lhe davam ao espírito uma perspectiva ainda maior e o faziam participante, mesmo na Europa, nas suas viagens científicas, dos episódios em que já se vislumbrava a emancipação do Brasil. Nenhum dos pontos fundamentais — assinala Octavio Tarquínio de Sousa — escapou à sua argúcia: — “abolição do tráfico, extinção da escravidão, incorporação dos índios à sociedade que se vinha formando, miscigenação orientada no sentido de suprimir choques de raças e de classes e de constituir, pelo amálgama de todos os elementos étnicos, uma “nação homogênea”, transformação do regime da propriedade agrária com a substituição do latifúndio pela subdivisão das terras de modo a “favorecer a colonização de europeus pobres, índios, mulatos e negros forros”, preservação das matas e renovação das florestas, localização adequada das novas vilas e cidades, aproveitamento e distribuição das águas visando ao interesse coletivo, exploração das minas, para só citar estes”.

Nem por isso lhe faltaria tempo para cuidar da primeira lei de imprensa brasileira, estabelecendo a liberdade com responsabilidade; nem para tratar da interiorização do Brasil, como maneira de conduzir os destinos do povo para mais dentro de si mesmo.

“Demos com o colosso em terra” — podia dizer Aureliano Coutinho, quando José Bonifácio, no seu retiro de Paquetá, já se preparava, velho e cansado, para a longa viagem. Mas não deram, não podiam dar em terra com a obra que

o “colosso” realizou, pois o povo lhe recolhera os passos incertos e tortuosos pelos desencontrados caminhos da política, que vão da exaltação ao exílio.

“O homem de ciência — escreve Octavio Tarquínio de Sousa — o mineralogista era um grande conhecedor das letras clássicas, era um autêntico humanista.”

É pena que, com essa cultura universal e com essa extraordinária experiência humana, não tivesse deixado — lamenta o mesmo historiador — uma obra que fosse o guia da Nacionalidade. Mas deixou talvez mais do que isso: — deixou a lição do sábio que, ao mesmo tempo político e estadista, cientista e humanista, via os problemas por todos os lados e penetrava na alma nacional no momento em que ela se mostrava menos clara, mais tumultuada.

Foi, justamente, por abranger todos esses saberes que pôde, o grande brasileiro, ser o que o Brasil reclamava na época: — um orientador que soubesse onde estavam os nossos recursos naturais e a beleza da nossa alma, nas lutas da libertação.

O que marca a personalidade do Patriarca é a sua antevisão do Brasil — uma antevisão de quase futurologista, como salientou Gilberto Freyre, na conferência que pronunciou neste Instituto. Daí escrever com razão Raymundo Faoro, no seu ensaio intitulado “Nação e Independência”, na Revista *Cultura*, ano 4, n.º 39, do Conselho Federal de Cultura: — “Contra as vigorosas correntes que advogavam o reconhecimento da soberania popular, entregue o destino da nação ao povo, sem reservas, da qual resultaria a república ou um rei ocasionalmente consentido, impôs José Bonifácio a solução monárquica, que importaria na continuidade do Estado português. Certo, a medida atendia aos desejos de D. Pedro, mas atendia ainda, e principalmente, à única maneira de salvar a integridade territorial, mantida coesamente sob uma direção superior, inviolável à crítica alheia aos desentendimentos, intangível às ambições”.

Quem assim agiu, falava realmente não apenas em nome do "circunstancial" em política, mas em nome do humanismo brasileiro. Falava como sábio, como cientista, como político e como humanista.

Na *Polianteia* dedicava à vida e obra de José Bonifácio de Andrada e Silva, no bicentenário do seu nascimento, publicada em S. Paulo, em MCMLXIII, escreve Gilberto Freyre: — "Não se compreende que a sua vida não esteja dramatizada num filme que ao valor artístico juntasse o cívico através do qual crianças, adolescentes, adultos se inteirassem do que houve de mais expressivo nessa vida de autêntico grande homem, tão a serviço do Brasil. Não se compreende — continua o pensador brasileiro — que suas idéias, suas iniciativas, seus projetos, inspirados num lúcido amor pela pátria que organizou sem repudiar Portugal nem aguar-se em detrator dos portugueses, não sejam temas mais frequentes para composições escolares, teses universitárias, ensaios que as universidades, as academias, os institutos consagrassem com seus melhores lauréis."

O Instituto Joaquim Nabuco de Pesquisas Sociais está dando o seu melhor exemplo, fixando o grande homem que é, infelizmente, o grande esquecido do sesquicentenário da Independência Nacional. Bastava a conferência que Gilberto Freyre aqui pronunciou para que José Bonifácio fosse lembrado na sua glória múltipla e repostado no seu lugar de maior figura da nossa libertação política, na hora final, a hora do Patriarca.

